



# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

Ano XV - Nº 34 - Outubro de 2006

**Impresso  
Especial**

665/2001-DR/BSS  
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

## Servidores da Justiça Eleitoral: os verdadeiros personagens das eleições 2006

Como está a  
reforma política  
Págs. 8,9

Novembro tem eleição  
para delegados sindicais  
Págs. 10,11

Sociedade x Bancos  
Págs. 18,19

# Voto Consciente

**A democracia está em nossas mãos. O direito de escolher ao alcance de um dedo, mas a construção da sociedade exige muito mais que um dia, um dedo, uma tecla e uma opção: voto consciente é compromisso de vida. Vote consciente. Voto é escolha que se confirma todo dia.**



Texto: IT Catalão

**Quando a urna eletrônica dá o sinal na tela de "FIM", o seu voto foi aceito, mas é só o começo. A construção de uma sociedade melhor continua e precisará de todos nós para acontecer de verdade.**

SDS Ed. Venâncio V Bl. R  
Salas 108 a 114  
CEP 70393-900 – Brasília – DF  
PABX (61) 3224 - 9392  
www.sindjusdf.org.br

#### Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)  
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)  
Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

#### Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)  
ClEDO de Oliveira Vieira (TRT)  
Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

#### Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)  
José Oliveira Silva (TJDF)  
Newton José Cunha Brum (TST)

#### Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)  
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)  
Raimundo Nonato da Silva (STM)

#### Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)  
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)  
Valdir Nunes Ferreira (MPF)

#### Redator responsável

TT Catalão  
Reg. Prof. 685-DF

#### Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

#### Textos

HylDa Cavalcanti  
Daniel Campos

#### Fotos

Glauber Queiros  
Salustiano Parente

#### Projeto Gráfico

**EXTREMA**  
3033-5255

#### Tiragem

10.000 exemplares

## O Sindicato e a política

Em razão do período eleitoral, o papel do Sindicato ocupa, mais uma vez, o centro das discussões. Na grande mídia ou em pequenas rodas de conversa, tornou-se comum o debate: o sindicato deve ou não ter atuação política? O sindicato deve ter papel político ou apolítico? Para entrarmos nesse debate, é necessária uma reflexão sobre a teoria e a prática sindical no Brasil e no mundo.

Antes de qualquer argumentação, precisamos definir o conceito de Sindicato. A lei brasileira não dá uma definição de sindicato. Pode-se dizer que sindicato é uma espécie do gênero associação. Mas que associação? Em síntese, uma associação de pessoas físicas ou jurídicas, que exerce atividade profissional ou econômica, para a defesa dos respectivos interesses.

Segundo o nosso Estatuto, o Sindjus tem como finalidade a melhoria nas condições de vida e trabalho de seus representantes, a defesa da independência e autonomia sindical e a atuação na defesa das instituições democráticas e populares do Brasil.

Os cidadãos esperam a presença do Sindicato diante de questões da vida nacional e social. Essas ações se estendem desde melhores condições de trabalho, passa pela formação profissional e segue pelo combate à exclusão social.

No campo da teoria, o Sindicato tem viés político. Como lutar por melhorias nas condições de trabalho e, pelo aprimoramento da democracia e ainda representar uma categoria cumprindo um papel apolítico? Representando diferentes gerações de pensadores, Karl Marx e Darcy Ribeiro atestam esse papel político. Para o primeiro, toda luta econômica é uma luta política, isto é, uma luta levada por toda uma classe. O segundo diz que a unicidade sindical dá possibilidade de a classe operária ter atuação política, de estar presente no quadro nacional.

Ampliando o nosso foco, colhemos mais indícios de que os sindicatos jamais foram neutros, politicamente falando. Ao longo da história, os sindicatos travam lutas contra a política econômica de privilégios ao capital internacional e em detrimento dos trabalhadores em geral, da cidade e do campo; monopólios e oligopólios internacionais e nacionais; segmentos sociais ligados aos setores que promovem política anti-trabalhador e em defesa da qualidade de vida e dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Como negar essas lutas, que sobre todas as coisas, são políticas?

Na histórica luta entre trabalho e capital, alguma organização pode ficar neutra? Na sociedade contemporânea, os campos econômicos e políticos estão ainda mais atrelados. Não existe uma única questão da vida política que não deva interessar ao sindicato.

Como ficar indiferente diante da possibilidade de implantação do Estado Mínimo por um candidato à presidência, com corte de cargos e salários, aumento da terceirização, fim dos concursos públicos e privatizações? Engana-se pensar que sindicatos atuantes, politicamente falando, restringem-se aos países "emergentes". Na Alemanha, no Reino Unido, na Áustria e nas nações escandinavas, a vinculação com os partidos políticos confere ao sindicalismo uma forte resistência na formulação de diretrizes e na execução da política econômica do país.

Sendo assim, o sindicato cumpre uma função política, seja para conduzir a luta de uma categoria ou para solucionar um problema social. Mas isso não indica que o Sindicato seja ou pertença a um partido político. Segundo pensadores, o sindicato se situa, no sistema, entre o estado e o partido como associação que luta por uma transformação política, econômica e social.



**José Geraldo de Souza Junior**

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

## NO JARDIM DA FACULDADE DE DIREITO DA UnB

Os últimos resultados do Exame de Ordem da OAB, com os alunos de Direito da UnB alcançando a marca de mais de 90% de aprovação levam a pensar no que poderia estar por trás desse desempenho.

Ora, uma semana após o resultado ser divulgado, os alunos da turma de História do Direito iniciaram a encenação de O

Santo Inquerito, de Dias Gomes. Eles deram continuidade ao desempenho de seus colegas da turma de Pesquisa Jurídica, que já montaram, nos jardins da Faculdade, O Mercador de Veneza, de Shakespeare, e também, Antígona, Medida por Medida, Gota d'Água.

A Faculdade de Direito é geralmente visualizada pelo porte de seu edifício instalado em elegante colina do Campus Universitário Darcy Ribeiro. Dessa colina topográfica extraiu-se, aliás, metáfora epistemológica que designa a relevância do pensamento ali desenvolvido, nomeando, por isso, uma linha editorial denominada O Que se Pensa na Colina. Em foto de um volume da coleção Estudos de Direito Público, comemorativo dos 25 anos do Mestrado em Direito da UnB, um detalhe da fachada do edifício, cujo projeto leva a assinatura do arquiteto Mateus Gorovitz, mostra, sobre as tonalidades do verde e do azul, símbolos cromáticos da UnB, o matiz encarnado da camiseta do estudante transeunte e de bicos de papagaio, cultivados pelas mãos benfazejas do Arnaldo, o antigo jardineiro da Faculdade.

O jardim da Faculdade de Direito da UnB traduz com fidelidade a combinação de elementos racionais com o sentido ético que orientam, ambos, o processo de formação que nela se de-

envolve. Se à noite o jardim é Veneza, para servir à coreografia de atores-estudantes de temas da filosofia do direito; não perde em outras ocasiões a sobranceira e atenta circunspeção do olhar da tradição fixado nas efigies de Pontes de Miranda, Carlos Campos, Tavares Bastos.

Passado e futuro, razão e sensibilidade se encontram nesse jardim onde, como no jardim de Jorge Luis Borges, há veredas que se bifurcam para a escolha de novos vários futuros. Entre as árvores e sebes bem cuidadas, há sempre um chilrear harmonioso de jovens em seus grupos de estudos, assumindo pontos-de-vista; de trinados dos habitantes permanentes, os sabiás elegantes, os bem-te-vis orgulhosos, os coleirinhas travessos que correm a se esconder sob a proteção do emaranhado de orelhas-de-onça. Nas luminárias do frontal do Auditório Joaquim Nabuco, homenagem ao abolicionista que século XIX filiará-se a uma das primeiras ONGs do Ocidente, a Anti-Slavery International, as andorinhas fazem ninhos.

Na majestosa gameleira, gerações de joões-de-barro nasceram na moradia conquistada por seus ancestrais, antes mesmo que inscrita como Direito na Constituição mas, certamente, inspirando os jovens pesquisadores que contribuíram para a defesa do direito de morar como um direito humano fundamental em sua

realização pela Comunidade do Acampamento da Telebrasil. A interpretação da conquista das aves, fica a cargo de seu parente poeta, o Manoel de Barros, em sua Gramática Expositiva do Chão, onde ensina a entrevistar passarinhos.

Bem no meio do jardim, formou-se nativo, um landim brasiliensis. A árvore do cerrado, conta uma lenda local, foi o centro de cerimônia de estudantes rebeldes, em tempos de intervenção no começo dos 80, antípoda da celebração dos jovens Hegel, Hölderlin e Schelling no Stiff, plantando a árvore da liberdade.

Mais adiante, ali onde o jardimzinho é como um dia de festa na pobreza da terra, como outra vez Borges, descreve o seu jardim, uma anônima e contorcionista schefflera (*Actinopylla Schefflera*), se projeta, como uma Diotima que não fosse apenas imaginação de Sócrates, mas que original e destemida sai também, como os estudantes que mal a notam, à procura de luz.

Há certamente, razões acadêmicas para justificar o desempenho dos estudantes da Faculdade de Direito nas avaliações. A minha suspeita é de que uma causa impensada e sensível vem desse jardimzinho modesto impregnando a subjetividade epistemológica dos jovens juristas para a promessa de solidariedade que eles possam carregar pela vida.

O jardim da Faculdade de Direito da UnB traduz com fidelidade a combinação de elementos racionais com o sentido ético que orientam, ambos, o processo de formação que nela se desenvolve.

# Os principais personagens

Quem são as pessoas que estão por trás do processo eleitoral e permitem, aos brasileiros, resposta rápida nas urnas



Para a técnica Edivan dos Santos, do TRE, é gratificante poder contribuir, com o trabalho realizado, para fortalecimento da democracia no país. "Temos um sentimento grande de cidadania", afirmou.

## Hylida Cavalcanti

Dentro de poucas semanas, o Brasil realizará o segundo turno das eleições e já se posiciona diante dos holofotes do mundo inteiro, curioso e intrigado em saber como num país com dimensões tão continentais, o povo consegue ir às urnas para escolher de uma única vez seus candidatos a tantos cargos

e tem os resultados apurados em curto espaço de tempo. Tal expectativa também contamina os brasileiros, criando um clima de euforia e fé em relação aos futuros governantes. O que poucos se dão conta é que, por trás de todo esse processo, um verdadeiro exército de trabalhadores se dedica a deixar tudo pronto nos mínimos detalhes para que, no dia, o pleito aconteça de forma

organizada e eficiente. Tratam-se dos servidores que compõem, hoje, a Justiça Eleitoral.

A denominação não poderia cair melhor para essa turma, empenhada na boa realização do trabalho que o Brasil observa no dia de cada eleição. A Justiça Eleitoral possui, em todo o país, 13.480 servidores (do Tribunal Superior Eleitoral - TSE - e dos Tribunais Regionais Eleitorais

- TREs). E tanto no TSE como nos TREs, em setores diversos, é comum nos períodos que antecedem o pleito o burburinho para a realização de testes nas urnas eletrônicas, convocação e seleção de 1,6 milhão de mesários e treinamento de pessoal. Em outros departamentos, são julgados desde recursos apresentados pelos partidos políticos sobre impugnações de candidaturas a



A analista Regina Moura, do TRE, mostra documentos arquivados que são digitalizados e consultados a cada eleição

pedidos de direito de resposta no guia eleitoral e outros casos variados. Tudo é para “ontem”. E tudo exige precisão e cuidado redobrados.

Mas estas demandas, que acarretam em mais trabalho, ao mesmo tempo deixam cada equipe mais engajada com suas atividades, conforme deixaram claro vários destes servidores. “Neste período todos ficam bem animados. Tanto é que desde junho nosso expediente vai das 9h às 20h todos os dias em atividades diversas e são realizados plantões nos fins de semana e feriado. Para nós, o importante é que no dia da eleição esteja tudo certo. Temos que correr para resolver algum problema agora e corrigir qualquer erro que por acaso apareça. Queremos que a eleição aconteça rapidamente e os resultados sejam logo divulgados. É aí que poderemos mostrar o que fizemos para a sociedade”, afirmou o analista Giuliano Souza, do TRE do Distrito Federal.

De forma não menos entusiasmada, a técnica Ana Lacerda, do TRE de Pernambuco, destacou a empolgação da equipe. “É claro que existem exceções, mas esse é um período em que se trabalha com mais prazer. Sabemos que a produção aumenta, mas também percebemos que cresce a consciência de cada um no sentido de que é a partir do bom resultado do que realizamos que os brasileiros vão ter um retorno rápido do processo eleitoral.

Isso é gratificante e nos desperta sentimentos bons em relação à profissão que exercemos, principalmente num momento em que o serviço público anda tão desacreditado. Saber que a população confia em nós e acha que poderemos realizar uma eleição de boa qualidade faz com que nos esforcemos para manter essa imagem”, contou.

A determinação e atitude positiva desse pessoal é vista em todas as funções, conforme explicou o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho. “Aqui os servidores estão envolvidos no processo como um todo. Esta é a nossa missão: realizar as eleições e de modo bem feito”, ressaltou ele, ao afirmar que dentro desse arcabouço, torna-se importante para o bom êxito das eleições tanto o serviço de limpeza como o dos técnicos do setor de informática – aqueles que organizam e configuram as urnas eletrônicas. Não há espaço para preconceitos nem divisões sociais ou de escolaridade.

### SERVIÇO SEM TRÉGUA

E o serviço não dá trégua. O trabalho começa um ano antes, com a manutenção do principal instrumento para as eleições, que é a urna eletrônica. Os servidores cuidam para que cada um destes equipamentos fique pronto para receber os *softwares* da área de informática com a relação dos nomes dos eleitores e das localidades onde ficam as sessões.

Passada essa etapa, começa a integração dos trabalhos entre as equipes propriamente – embora essa integração aconteça o ano inteiro.

### ORGANIZAÇÃO E SUCESSO DO TRABALHO

Nas eleições de 1º de outubro, por exemplo, a situação não foi diferente. Os servidores deram um show de organização. Além dos trabalhos realizados nos dias anteriores, desde a véspera do Dia D eles saíram dos cartórios eleitorais com os presidentes de mesa para montar as sessões e deixar tudo pronto para a confirmação da democracia pelos cidadãos. “Pode-se dizer que as eleições deste ano foram bem organizadas. Tudo ocorreu de forma bastante tranqüila, sem qualquer ocorrência ou distúrbio”, contou o técnico do TRE – também coordenador-geral do Sindjus – Wilson Araújo, que trabalha em cartório eleitoral. Segundo ele, todo o crédito dessa boa performance se deve ao interesse e dedicação dos que realizam o trabalho na Justiça eleitoral.

Situação semelhante também foi destacada pela técnica Edivan dos Santos, do setor de serviços gerais do TR.E. Identificado por colegas como o local dos verdadeiros “heróis” do trabalho eleitoral, é de lá que são realizados alguns dos últimos procedimentos para deixar tudo

pronto para a votação, desde providenciar transporte para condução das urnas, preparar as sessões até providenciar os celulares dos juízes e a listagem com os números telefônicos estratégicos para que se possa fazer contato, em caso de necessidade.

“Em anos de eleição, desde o mês de maio que a gente já começa a ter aumento de serviços. Somos mais requisitados pelos cartórios. Enquanto lá o pessoal está solicitando e adquirindo todo o material necessário para o bom andamento do trabalho, somos nós que fazemos as entregas e, para isso, é preciso toda uma logística especial. Sem falar que os horários são organizados de uma forma que mesmo trabalhando, cada um de nós tenha tempo para parar e também votar”, enfatizou a técnica.

Segundo Edivan, mesmo com toda a carga horária, a compensação é garantida quando sai o resultado. “Pode até parecer piegas, mas a gente enquanto servidor da Justiça eleitoral já tem essa sensação de cidadania durante todos os anos. A questão de estar contribuindo para aumentar ainda mais esse sentimento perante a população é muito gratificante”, assegurou.

“Fazemos parte de um processo que busca melhorar o alcance das urnas em todos os rincões do Brasil. Isso nos dá uma sensação muito boa, pois sabemos que o saldo final de tudo é a consolidação da democracia, mesmo sabendo que nem sempre aqueles que são eleitos



Por todas as equipes, o serviço é intenso e objetiva deixar tudo pronto para os eleitores

serão os melhores governantes e representantes do povo. Se houver decepções daqui por diante, temos a certeza de que, ao menos, a escolha deles foi democrática e o país está no caminho certo”, completou Edivan dos Santos.

### PESSOAL 24 HORAS LIGADO COM O MUNDO

Outro sucesso do primeiro turno das eleições que os servidores pretendem ver repetido, foi a coleta dos dados nas sessões espalhadas no exterior, onde votam os brasileiros que

residem em outros países. “Foi a primeira vez que o exterior conseguiu apresentar os resultados durante um único dia. Para que isso acontecesse, precisamos ficar, literalmente de plantão durante 24 horas para aguardar os resultados e conseguir fazer contato em meio ao fuso horário diferenciado em cada país”, afirmou a analista Sayonara Ferreira Banks, chefe do cartório eleitoral do exterior.

De acordo com ela, o período eleitoral é um momento de muita adrenalina para o grupo, mas todos executam sua missão com a certeza de que vale a pena. “Ao mesmo tempo em que ficamos cansados, é recompensador saber que contribuimos para que o resultado aconteça de forma ágil”, enfatizou. Sensação que deve se repetir neste segundo turno.

E o passado mostra que

nem tudo foi bem sucedido assim. Nas eleições de 2002, por exemplo, quando se adotou o modelo do voto impresso, vários eleitores precisaram enfrentar filas bem maiores que as comuns em dia de votação.

“No DF, durante a meia noite do dia da eleição ainda havia gente votando”, contou o diretor, ao completar que a situação não foi pior por conta da atuação dos servidores.

Avaliações à parte, no pleito deste ano os brasileiros não encontrarão nenhuma novidade, a exceção dos resultados que saírem das urnas. Nas eleições de 2008, no entanto, provavelmente o sistema ficará mais moderno. É que um projeto do TSE prevê que a identificação de cada eleitor passe a ser feita por meio da impressão digital na urna, sendo desnecessária a apresentação de documento de identidade ou título.



Ulisses Saldanha, analista do TRE, foi secretário da coordenação que fiscalizou a propaganda eleitoral

## Democracia sob sol e chuva:

Heróis silenciosos conduzem urnas aos locais mais inóspitos

Os servidores do TSE e TREs se destacam, também, pela disciplina e regularidade do trabalho que exercem — e agem um como pouco heróis silenciosos da pátria, responsáveis por levar a democracia aos lugares mais inóspitos em condições que, muitas vezes, chegam a ser consideradas desumanas. Nesse quesito entram em ação para ajudá-los a completar suas atividades barcos, jêgues, helicópteros, canoas e até transportes inusitados, utilizados por eles e muitas vezes improvisados com a ajuda dos moradores locais.

Os casos são os mais diversos. No referendo do ano passado, em que a população se manifestou contra a proibição às armas de fogo, foi preciso uma operação de emergência no Mato Grosso. Lá, a chuva derrubou uma ponte que dava acesso aos municípios do lado Oeste do estado pouco antes do referendo. Os mora-

dores, durante duas semanas, ficaram impedidos de passar para a outra margem, a não ser por meio de barcos pequenos que não poderiam efetuar o transporte das urnas. E até mesmo gêneros alimentícios tiveram que ser jogados por aviões, que não tinham como pousar na área.

O Ministério do Exército, então, reconstruiu a ponte em tempo recorde a pedido do TSE, para permitir que as urnas pudessem chegar até as localidades lá existentes e a eleição conseguisse ser realizada.

Em 2004, o final não foi tão feliz. Num acidente aéreo morreram três estudantes da Universidade do Amazonas que estavam a serviço da Justiça Eleitoral. Eles tinham levado as urnas para as regiões mais distantes do interior, onde o acesso só se dá por barco ou transporte aéreo.

“Trabalhamos cerca de dois anos para que o resultado seja

realizado em um único dia, das 8 às 17h. É preciso uma logística bem elaborada, coordenada e que precisa de um bom planejamento”, acentuou Marina Oliveira, analista do TRE do Pará, onde trabalha há 12 anos — que já se acostumou a levar equipamentos para os municípios localizados na fronteira do estado, segundo ela mesma contou.

### CONTAGEM REGRESSIVA

Para os que estão no comando dessa estrutura, o momento é de rever as últimas falhas e analisar todos os acertos. Ao longo do ano foram realizadas simulações para treinamento dos servidores nos estados do Tocantins, Paraíba, Roraima e Rondônia. Nos últimos meses, foram feitas as devidas arrumações e correções nos procedimentos. O período, portanto, é quase de contagem regressiva para a segunda etapa

das eleições de 2006. “Sem estas pessoas nada aconteceria. O Brasil se destaca pela forma como realiza suas eleições e só se tem condições de fazer trabalho de tamanha magnitude em função do empenho dos servidores”, elogiou o diretor-geral do TSE.

“Não é a toa que uma pesquisa de clima da Justiça Eleitoral mostrou que aqui, as pessoas têm orgulho do que realizam. Somos considerados uma ilha de excelência e, faltando poucas semanas para a eleição, dá aquela ansiedade. Mas a gente se esforça e torce, sempre, para que tudo dê certo”, afirmou a técnica Simone Alves Aldernaz, do TSE.

“Nesta época, a gente se mobiliza e se preocupa mais, exatamente para garantir qualidade ao trabalho. Nossa preocupação é a eficiência e a celeridade”, ressaltou a analista Maria Luiza Xavier, do mesmo tribunal.

# A mãe de todas as reformas

Maísa Lima e Daniel Campos

A reforma política tão alardeada durante a campanha política contempla aspectos que vão revolucionar o sistema eleitoral brasileiro e os principais argumentos de seus defensores são o fortalecimento dos partidos e a redução da corrupção ligada à obtenção de recursos para as eleições. “No atual sistema, a lista aberta, o candidato se sente solto, dono do mandato. Não leva em conta o partido. Seu compromisso é com os que financiaram sua campanha e o ajudaram a se eleger”, afirma o presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara, Sigmaringa Seixas.

A votação na legenda e não mais nos candidatos individualmente, possibilitaria um melhor controle dos gastos pelos tribunais eleitorais. Seriam analisadas as contas dos partidos, em vez das contas de milhares de candidatos. “A reforma política vai trazer mais organização para o sistema eleitoral. Mas se por um lado a lista fechada e bloqueada fortalece o partido, por outro o eleitor perde poder de decisão”, pondera o cientista político Leonardo Barreto.

“A reforma política está sendo vendida como a solução para todos os males do Brasil. A meu ver, esse é o maior problema. Sabemos que ela não é esse curinga e daí pode advir uma grande frustração”, assinala Barreto. No entanto, salienta que a reforma política é a mãe de todas as reformas. “Ela vai regular as relações de poder, que estão corrompidas. Pode devolver a credibilidade ao sistema e, por conseguinte, as condições de governabilidade”, diz. A lei eleitoral brasileira – além do Brasil a lista aberta só é adotada na Finlândia – é de 1965, ou seja, foi

votada em plena ditadura. “De lá para cá, tornou-se refém de casuísmos e hoje é uma verdadeira colcha de retalhos”, compara o professor.

## ENTENDA OS PRINCIPAIS PONTOS

O projeto atual da Reforma Política, em tramitação há três anos, defende três pontos principais: financiamento público das campanhas e voto na legenda, fidelidade partidária.

**Financiamento público de campanha** – A essência dessa medida é tornar a disputa mais justa, freando o poder econômico, enxugando as despesas de campanha e diminuindo os acordos ilícitos, até mesmo com o narcotráfico. Hoje, são gastos aproximadamente R\$ 12 bilhões a cada eleição legislativa. Com o financiamento público, este gasto seria reduzido para R\$ 812 milhões.

**Lista partidária** – Com as regras atuais, o eleitor vota no candidato. Esse sistema só acontece no Brasil e na Finlândia. Com a implantação da lista partidária, o eleitor votará na legenda. O partido apresenta uma lista de candidatos na ordem de sua preferência e de acordo com o número de votos, as cadeiras são distribuídas.

**Fidelidade partidária** – Em poucas palavras, o mandato passa a ser do partido e não do parlamentar. É uma medida para inibir a troca de legenda, segundo seus defensores. Ao trocar de partido, a cadeira do deputado fica com o partido que o elegeu.

## SITUAÇÃO ATUAL

Do total de 3.165 leis ordinárias aprovadas entre a promulgação da Constituição em outubro de 1988 e dezembro de 2004, o Executivo foi o autor de 2.710 delas, ou seja, 85,6%. Talvez isso justifique o Brasil completar 20 anos de sua redemocratização com 177 projetos de reforma política no Congresso Nacional.

O projeto atual, em tramitação há três anos, continua suas idas e vindas pelos corredores da Câmara e do Senado. O relator da Comissão Especial da Reforma Política, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), acredita que o Projeto de Lei (PL) 2679/03 será votado ainda este ano e prevê sua data: primeira semana de novembro, isto é, se for aprovada a urgência da matéria.

## PRESSÃO

Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), Leonardo Barreto acredita que existe uma pressão popular para que a reforma política seja aprovada ainda nessa legislatura. "Trata-se de um pacote de medidas e algumas já estarão valendo no próximo ano. Outras, específicas, ainda precisam ser aprovadas. Há consenso em torno da fidelidade partidária e da lista fechada. Outras cláusulas, como o financiamento público das campanhas eleitorais, devem enfrentar resistência", avalia.

O cientista político também não crê na necessidade de uma Assembléia Constituinte para tratar da reforma política. "Estamos falando de uma lei ordinária", pondera. Leonardo Barreto faz uma ressalva à sugestão do presidente Lula. Acha que poderia funcionar a convocação de uma Comissão Especial Independente para analisar o PL 2679/03, que seria desfeita após sua aprovação.

## Lula e a Reforma

No programa de governo de Lula, a reforma política ocupa um lugar de destaque, sendo um dos eixos do seu segundo man-

dato. O programa de governo propõe "ampliação da democracia", maior "controle social" sobre o Estado, "democratização dos meios de comunicação", "aprimoramento da democracia participativa" e "geração de novos direitos".

Durante toda sua campanha, o presidente Lula intensificou seus discursos sobre a necessidade de se realizar uma ampla reforma política para dar moralizar o setor. "Eu estou convencido que nós precisamos começar a discutir a reforma política assim que terminar a eleição", frisa o candidato do PT. E continua: "É preciso que a gente dê respeitabilidade à política brasileira e, para isso, vai precisar de uma reforma".

De acordo com o presidente, a reforma não terá que ser, necessariamente, iniciativa do Executivo. Segundo Lula, a proposta pode ser do Congresso, dos partidos políticos ou mesmo da sociedade brasileira. "O fundamental é que a gente tenha alguma coisa que possa dar à sociedade brasileira", disse ele.

O presidente tem destacado que o país precisa ter estruturas partidárias fortes funcionando, um Congresso forte e uma reforma política que leve em conta desde o financiamento de campanha até o comportamento de partidos políticos. "É importante que a gente possa, definitivamente, virar um país, não apenas grande, independente e sério na economia, mas que a gente possa também ser na política um exemplo para o mundo", afirmou.

Ao longo de seu mandato, o presidente Lula deu mostras de que a reforma política vai além de mudanças no processo eleitoral e contempla a participação social. Levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos (Inesc), mostra que, durante o governo FHC, a criação de instâncias de controle social se deu por iniciativa do Legislativo, sobretudo na regulamentação de artigos da Constituição, e tinha pouco ou nenhum apoio do Executivo. No governo Lula, houve uma ampliação do número de instâncias, com a criação de 13 conselhos e a reformulação de outros nove.

# Participe da eleição do novo Conselho de Delegados

**N**os dias 22 e 23 de novembro, vamos escolher o novo Conselho de Delegados Sindicais de Base. Você pode contribuir com as lutas e o crescimento de nossa categoria, participando deste processo eleitoral.

Discuta, vote, candidate-se.

O delegado é um elo entre o sindicato e a nossa categoria, que está distribuída em diversos órgãos em todo o Distrito Federal. O papel do delegado é fundamental por que ele acompanha o dia-a-dia dos trabalhadores e tem legitimidade para retratar os anseios e as

demandas de seus colegas, em cada local de trabalho.

Por ser “a cara do Sindjus”, o delegado precisa ser uma pessoa atuante, responsável, que participe das principais atividades do sindicato para buscar as informações de interesse de seus colegas e contribuir para definir as políticas de atuação do sindicato.

Discuta o papel e a importância do Conselho de Delegados Sindicais de Base com seus colegas de trabalho e escolha aquele que melhor possa representá-lo.

## A IMPORTÂNCIA DO DELEGADO SINDICAL

A eleição de delegados é uma forma de organizar a categoria, buscando estimular a organização nos locais de trabalho e incorporá-los à estrutura do Sindicato. Os delegados sindicais têm a missão de apresentar as reivindicações da categoria e divulgar os trabalhos do Sindicato. Eles são uma espécie de porta-vozes dos servidores do seu setor e da diretoria sindical. Ao mesmo tempo, trazem demandas e levam informações da atuação do Sindicato para aquela questão específica ou outras mais abrangentes. Além disso, os delegados colaboram com a formulação da política sindical. Essa inserção se dá por meio da abertura de canais de discussão frequentes, buscando um debate coletivo em busca de soluções conjuntas.

## REGIMENTO PARA AS ELEIÇÕES DO CONSELHO DE DELEGADOS SINDICAIS DE BASE

Art. 1º - A coordenação das eleições para o Conselho de Delegados Sindicais de Base será realizada pela Diretoria Colegiada do Sindjus, bem como os atos delas decorrentes, como a proclamação e posse dos eleitos.

Art. 2º - A inscrição dos candidatos ao Conselho de Delegados se dará no prazo de 15 (quinze) dias a partir da divulgação do respectivo edital de convocação das eleições, através do preenchimento de formulário próprio, que será previamente colocado à disposição dos interessados.

Art. 3º - Inscritos os candidatos, serão divulgadas as respectivas candidaturas no local de trabalho, e realizadas as eleições no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º - Os sindicalizados terão direito de eleger os delegados sindicais de base, em seus respectivos locais de trabalho, dentre os filiados em exercício de suas funções no Judiciário e no Ministério Público da União, na proclamação de 1% (um por cento) do número de filiados do local de trabalho, assegurando-se um representante para qualquer local de trabalho com número inferior a 1% (um por cento) dos filiados do Sindjus, desde que haja no mínimo 10 filiados.

**Parágrafo único** - Os aposentados sindicalizados terão direito de eleger os seus delegados na proporção de 1% (um



por cento) do número de filiados aposentados.

**Art. 5º** - As eleições para compor o Conselho de Delegados Sindicais de Base se darão nos locais de trabalho, por voto direto e secreto, submetendo-se os nomes dos candidatos à

votação em cédula única entre os associados aptos a votar, que deverão optar por um único candidato.

**Parágrafo único** - A eleição dos delegados dos aposentados sedará na sede do sindicato.

**Art. 6º** - Apurados os votos, será proclamado o resultado e providenciada a posse dos delegados sindicais de base pela Diretoria Colegiada do Sindjus.

**Art. 7º** - Os delegados sindicais de base gozarão das prerrogativas legais de estabilidade,

inamovibilidade e livre trânsito nas dependências do Fórum ou Unidade Administrativa onde for eleito.

**Art. 8º** - Os casos omissos neste Regimento e no Estatuto do Sindjus serão apreciados pela Diretoria Colegiada.

### CALENDÁRIO

Inscrição	Divulgação dos Candidatos	Eleição
30 de Outubro a 09 de Novembro	09 a 17 de Novembro	22 e 23 de Novembro

### OS ÓRGÃOS DO JUDICIÁRIO E DO MPU PODERÃO ELEGER O NÚMERO DE DELEGADOS LISTADO NO QUADRO ABAIXO:

ÓRGÃO / LOCAL DE TRABALHO	Nº DE DELEGADOS
1. CJF	01
2. JF	
Bloco D	01
Bloco G	01
Juizado Especial - Ed. Funasa	01
3. MPDFT	
Sede	02
Ed. Ibama	01
Ed. Xerox	01
Gama	01
Taguatinga	01
4. MPF	
PGR	02
PRR	01
PRDF	01
5. MPM	01
6. MPT	
Sede	01
PGT	01
7. STF	06
8. STJ	07
9. STM	03
10. TRE	02
11. TRF	
Sede	05
510 Norte	01
12. TRT	
Sede	03
Varas Trabalhistas - 516 Norte	02
Varas Trabalhistas - Gama	01
Varas Trabalhistas - Taguatinga	01
Arquivo	01

ÓRGÃO / LOCAL DE TRABALHO	Nº DE DELEGADOS
13. TSE	
Sede	02
514 Norte	01
Galpão	01
14. TST	11
15. TJDFT	
Palácio da Justiça / Fórum de Brasília	08
AMAGIS	01
Gravopel	01
SIA (Ruivão / Azulão)	01
Imprensa Nacional	01
Fórum de Ceilândia	02
Fórum do Paranoá	01
Fórum de Santa Maria	01
Fórum de Sobradinho	01
Fórum de Brazlândia	01
Fórum do Gama	01
Fórum de Planaltina	01
Fórum de Samambaia	02
Fórum de Taguatinga	03
Gráfica / Juizado Especial - Guará	01
SRTVS	01
Juizado Especial - Núcleo Bandeirante.	01
Arquivo - SAAN	01
Vara da Infância e da Juventude	02
16. Aposentados	07
17. Garagens (TJDFT, STJ, STM, MPDFT, TRF)	01
18. Gráficas (CJF e TRF) - SAAN	01

# MÁRIO QUINTANA E A GRANDEZA DAS COISAS MÍNIMAS

TT CATALÃO

No centenário de nascimento do poeta, o Brasil da complexa banalidade e da saturação dispendiosa desse muito que nada diz e desse tanto que não tem nada a ver, é convidado a visitar um mundo sutil de plenitude sob o olhar menino de eterna curiosidade pelo encantamento.



Diante de tanta homenagem Mário Quintana (30/07/1906-05/05/1994) certamente já teria produzido um torpedo demolidor com a doçura moleque dos que se fazem desentendido para evitar os chatos. Algo que ele fez em 1968 ao ser “bronzado em praça pública” quando virou placa da Prefeitura de Alegrete, Rio Grande do Sul, sua terra natal: “Um engano em bronze, um engano eterno”.

Do muito que se tem escrito sobre o poeta é que só agora percebem que ele construiu uma obra sólida embora parecesse casual, descoberta e feita de pequenos e geniais gracejos. Isto confirma a relação concreta entre a poesia e a própria vida do poeta. Sua atitude cotidiana conferia ao fragmento, banal para os apressados, uma profundidade de percepção de alcance universal. Estilete na alma. Fina lâmina saborosa

de quem não vê retalhos, mas um grande e delicioso enredo nas coisas simples da vida. Sem perder o humor em cáustica suavidade.

## DOSAGEM

A disciplina militar casou perfeita com o caos das redações de jornais. Quintana estudou no colégio militar de Porto Alegre entre 1919 e 1924, alistou-se como voluntário do Sétimo Batalhão de Caçadores de Porto Alegre, em 1930, colaborando na tomada de governo de Getúlio Vargas. O fato de escrever para jornal e traduzir colaborou nesse estado de observação permanente do cotidiano em retalhos (matéria-prima do jornalismo que tenta organizar a realidade em uma edição). Por ser poeta, a palavra não é só ferramenta de trabalho, é argamassa de vida. O fato de ter aprendido a ler aos 7 anos, em casa, auxiliado pelos pais, tendo como cartilha o jornal Correio do Povo reforça esse envolvimento com as coisas do dia-a-dia. Acompanhar o pai na farmácia da família também compõe o seu mundo de alquimia e poções. O próprio poeta se referiu a estrutura do poema e lembrou da farmácia: “outro elemento da poesia é a busca da forma (não da fôrma), a dosagem das palavras. Talvez concorra para esse meu cuidado o fato de ter sido prático de farmácia durante cinco anos”. A diferença é que a poesia de Mário Quintana não tem bula nem é doutrinária para atingir curas imediatas da alopatia: sua economia no verbo contrasta com a visão dos muitos sentidos que um poema oculta. É homeopata na dose. Convence na persistência e no ritmo cadenciados dos versos.

Em 1934 inicia uma série de traduções tais como Palavras e Sangue, de Giovanni Papini, obras de Fred Marsyat, Charles Morgan, Rosamond Lehman, Lin Yutang, Voltaire, Virginia Woolf, Papini, Maupassant, entre outros. Com destaque para Em Busca do Tempo Perdido, do francês Marcel Proust. A primeira edição de seu livro A Rua dos Cataventos sai em 1940 pela Editora Globo. Em 1943 inicia o seu Do Caderno H como espaço diário na Revista Província de São Pedro. Canções, seu segundo livro de poemas, é lançado em 1946 e em 1948, Sapato Florido, poesia e prosa, e O Batalhão de Letras, todos pela Globo.

## HONRAS

A saída mais espirituosa do poeta é a dedicada a uma derrota pra integrar a Academia Brasileira de Letras. Sem maiores convicções de mágoas, Quintana destila um de seus mais citados versos extraídos do Poeminha do Contra: “Esses que aí estão / Atravessando meu caminho / Eles passarão / Eu passarinho”. Mias uma vez ironiza até em responder como “um poeminha” despindo toda carga dramática do episódio e tirando de letra, leve, na fortaleza do humor ágil. Nem o “reparo” nos anos 80 dos escritores brasileiros pouco o teria abalado: foi eleito Príncipe dos Poetas. Esse lidar com descuido elegante sobre as

honrarias talvez fosse o único ato mundano que não lhe comovia tanto. Embora, óbvio, admirava o respeito e era metódico (embora não aparentasse) tanto no rigor da sua construção poética (palavra adequada, idéia provocativa, técnica e ritmo em consonância perfeita) quanto na montagem de uma obra integrada (embora parecesse ao acaso). É a impressão de fluidez que os gênios transmitem, de tal modo dominantes em seus territórios de expressão e linguagem, faz tudo parecer muito simples e fácil. Quem viu Pelé jogar, sabe o que é isso. Repertório amplo mais conexões rápidas propiciam solução exata. O brilho do perfeitamente adequado.

O Governo do Rio Grande do Sul concede-lhe a medalha do Negriño do Pastoreio, a mais alta comenda do Estado. Teve vários títulos como Doutor Honoris Causa (Universidade Federal do RGSUL, Universidade do Vale dos Sinos, Pontifícia Universidade Católica do Rgsul, Universidade de Campinas e Universidade Federal do Rio de Janeiro). Talvez a mais significativa homenagem seja o tombamento do Hotel Majestic, como patrimônio histórico, em 1982. A aprovação unânime da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul criou a Casa de Cultura Mário Quintana e revestiu como espaço público o local onde o poeta morou. Nada mais concreto para um poeta que sempre atuou em flerte flagrante com o lirismo concreto da vida, abrir a sua casa, seu abrigo material para um porto de idéias e aventuras a muitos universos, algo só possível pela cultura em movimento, presente em uma Casa, onde milhares de pessoas iriam crescer, experimentar, alterar relações, sonhar, lutar e exercitar políticas do sentimento, do corpo e também as que operam mudanças na sociedade.

## SARRO

Um poeta em permanente estado de alerta para o saque de surpresa. Um corte inesperado na frase. Como no texto escrito para a revista Isto É em novembro de 1984. Coisas do tipo: "nasci em Alegrete, em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu", prossegue o poeta em um jogo de esconde onde parece se mostrar e se esconder, nada levado muito a sério, como o seu feito: "minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão". "Dizem que sou modesto. Pelo contrário, sou tão orgulhoso que acho que nunca escrevi algo à minha altura. Porque poesia é insatisfação, um anseio de auto-superação. Um poeta satisfeito não satisfaz", e toca Quintana na "lenda" da sua solidão: "dizem que sou tímido. Nada disso! Sou é caladão, introspectivo. Não sei por que sujeitam os introvertidos a tratamentos. Só por não poderem ser chatos como os outros? Exatamente por execrar a chatices, a longuidão, é que eu adoro a síntese". Com uma cabeça viajante dessa e um mundo interior tão rico é difícil acreditar em solidão no sentido depressivo, embora a ansiedade e a insegurança natural pelo contato e o desejo de troca permanente colaboraram na imagem introspectiva. Recato para melhor fruir e curtir não pode ser confundido com isolamento.

## POEMAS

Sem levar a sério quando o poeta diz que nunca escreveu "uma vírgula que não fosse uma confissão", como em toda obra intensa como a de Quintana, acreditamos na primeira parta da declaração: "minha vida está nos meus poemas". Isso se identifica na carga de pensamento que ele insere no poema, muito além da técnica do ver-sejar, mas ao falar pela sensibilidade. Assim, no poema da Gare de Astapovo ele quase exulta ao repetir "O velho Leon Tolstoi fugiu de casa aos oitenta anos". Uma senha para sua própria inquietação do "menino incurável". Aquela

curiosidade que não cicatriza com a pele em rugas de um velho. Tolstoi fugiu de casa para morrer sentado na estação de trem. Quando decidi "ficar na espera". E "a morte chegou na sua antiga locomotiva (Ela sempre chega pontualmente na hora incerta...)", diz o poema. Como tratou das partidas no poema O Viajante:

**"EU SEMPRE QUE PARTI FIQUEI NAS GARES, OLHANDO, TRISTE, PARA MIM..."**

Segue o poeta como em Quem Sabe Um Dia e no manifesto do:

**"Sentir primeiro, pensar depois; Perdoar primeiro, julgar depois; Amar primeiro, educar depois; Esquecer primeiro, aprender depois; Libertar primeiro, ensinar depois; Alimentar primeiro, cantar depois; Possuir primeiro, contemplar depois; Agir primeiro, julgar depois; Navegar primeiro, aportar depois; Viver primeiro, morrer depois"**.

Ou na busca das utopias: "Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las...". A obra de Quintana é cheia de pistas para a alma enigmática do poeta diferente da biografia que no máximo abriga o lixo emocional de uma trajetória no tempo e no espaço. Sabemos mais dos poetas pelas entrelinhas. Como aborda as diversas "mortes" antes da última e derradeira morte física: Da vez primeira em que me assassinaram, perdi um jeito de sorrir que eu tinha. Depois, a cada vez que me mataram. Foram levando qualquer coisa minha". E para melhor posicionamento perante o ofício de poeta nada melhor que a sua própria definição de "poema" (já que "poesia é insatisfação" ou a advertência "Cuidado: a poesia não se entrega a quem a define, ou ainda o alerta máximo- "e nunca me pergunte o assunto de um poema: um poema sempre fala de outra coisa"):

**OS POEMAS SÃO PÁSSAROS QUE CHEGAM  
NÃO SE SABE DE ONDE E POUSAM  
NO LIVRO QUE LÊS.**

**QUANDO FECHAS O LIVRO, ELES ALÇAM VÔO  
COMO DE UM ALÇAPÃO.**

**ELES NÃO TÊM POUZO**

**NEM PORTO**

**ALIMENTAM-SE UM INSTANTE EM CADA PAR DE MÃOS  
E PARTEM.**

**E OLHAS, ENTÃO, ESSAS TUAS MÃOS VAZIAS,  
NO MARAVILHADO ESPANTO DE SABERES  
QUE O ALIMENTO DELES JÁ ESTAVA EM TI...**

Verdadeiro mago quer a libertação e não a dependência. Por ser libertário o poeta deseja e insinua que o estado de encantamento e percepção das maravilhas do mundo está na verdade dentro de cada um, apenas provocado pelo poema lido: o alimento deles já estava em ti. Tudo pelo espanto de saberes que cada um precisa sair da narcose para esse despertar que nos distingue como ser humano em troca permanente com os outros, com o meio e consigo mesmo. É o que faz de um poeta ser maior, além de ser um grande literato. Antes, profundamente humano. Para traduzir a grandeza dos universos pelo olhar atento e amoroso das coisas chamadas pequeninas. Radical como A Arte de Ler do antológico Caderno H: "O leitor que mais admiro é aquele que não chegou até a presente linha. Neste momento já interrompeu a leitura e está continuando a viagem por conta própria".



# O Brasil em 2030 com menos filhos e mais empregos

Hylda Cavalcanti

O perfil clássico do trabalhador brasileiro está mudando. Estudo do do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ministério do Trabalho e também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, mesmo com os números pessimistas observados na última década, o pior já passou em relação ao desemprego no país e os próximos 20 anos tendem a ser de melhoria no nível de ocupações.

Tal prognóstico é consequência, segundo pesquisadores responsáveis pelo trabalho, de dois fatores: o aumento das exportações – que há cinco anos estimulam o mercado de trabalho formal – e a diminuição da taxa de crescimento da população. Fatores estes que, por sua vez, devem ajudar a mudar o quadro de

desemprego e emprego com mais pessoas ocupadas até 2030.

O estudo – que avaliou a situação em preto e branco do nível de empregos no país para o Livro do Ipea intitulado “O Estado da Nação” – constatou que, enquanto no período entre 1930 e 1935 cada mulher brasileira tinha em média 6,2 filhos (a chamada taxa de fecundidade), nos dias atuais (entre os anos de 1999 e 2004) essa média passou a ser de 2,1 filhos para cada mulher. Com isso, o Brasil deixará de ter um crescimento populacional significativo. A previsão que se fazia anteriormente de uma população de 240 milhões de brasileiros, em 2030, passou a ser revista: seremos, até lá, cerca de 225 milhões (cinco milhões a menos do que o esperado pelos analistas, anos atrás).

A lógica é clara: com a redução da estimativa populacional diminui,

também, a concorrência dos brasileiros por uma vaga no mercado de trabalho, bem como o nível de desemprego. Os novos indicadores devem propiciar ainda melhor absorção de mão de obra no país. Mas é preciso que, além da redução do crescimento populacional, a economia também apresente crescimento contínuo – de forma a permitir a geração dos empregos necessários, conforme destaca a publicação.

## TRABALHADORES MAIS VELHOS

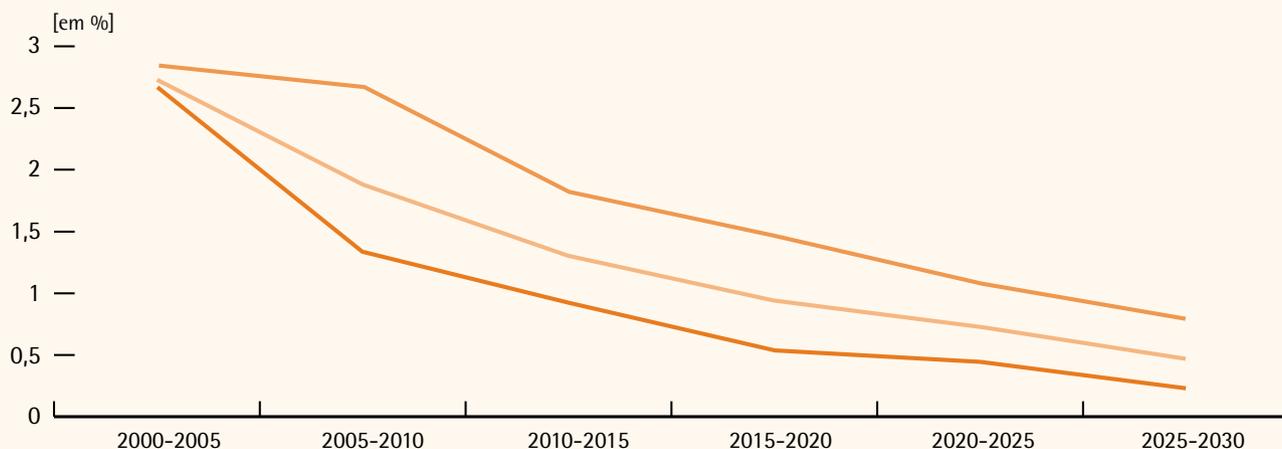
Se por um lado a concorrência por vagas será menor, por outro a População em Idade Ativa (PIA), deverá envelhecer nos próximos anos, o que exigirá mudanças por parte da visão das empresas e instituições públicas e maior flexibilidade no mercado de trabalho, alerta o estu-

do. Bom para os mais velhos. Mas é preciso que as empresas e instituições públicas e privadas cada vez mais se preparem para esses novos trabalhadores e servidores públicos com idade média de 45 anos, que terão como ponto forte a experiência, mas precisarão de estímulo e reciclagem constante (dentro do que exigem as regras de mercado).

O Ipea constatou que quando chegarmos no período entre 2023 e 2030, a previsão é de que a taxa de PIA do Brasil seja reduzida em cerca de 0,9% ao ano – o que resultará em mais da metade da população ativa de brasileiros com idade média de 45 anos. Para se ter uma idéia, entre 2000 e 2005 essa taxa cresceu, em média, 2% ao ano. Com isso, dentro de 25 anos quase a metade (47%) da PIA será formada por pessoas mais velhas, criando um novo perfil de trabalhadores: gru-

## GRÁFICO

Brasil: Taxas de Crescimento da PEA por Sexo



Fontes: IBGE/Censos Demográficos de 1980 a 2000 e Ministério da Saúde/SIM.

— Homens — Mulheres — Total



da sociedade e medidas adequadas de ajuste institucional de amplo aspecto envolvendo o mercado de trabalho e também ajustes para o período pós laboral”, explicou o pesquisador Paulo Tafner.

**BONS NÚMEROS A PARTIR DE JULHO**

Apesar do mercado de trabalho em todo o país ter apresentado, neste ano de 2006, um resultado abaixo do esperado no período entre janeiro e abril, a situação melhorou a partir de maio e culminou com o mês de julho – que foi considerado o melhor julho desde 1992 no quesito contratação de trabalhadores.

Em julho, o Brasil gerou 154.357 empregos com carteira assinada. Os setores que mais contribuíram para a elevação do emprego durante esse mês foram os de Serviços, Comércio, Agricultura, Construção Civil e Indústria de Transformação.

Já em agosto, foram gerados 128.915 postos de trabalho com carteira assinada. Segundo o Ministério do Trabalho, a expansão do emprego durante o mês permeou quase todos os setores de atividade econômica. Em especial, os setores de Serviços, Comércio e Construção Civil. Uma das exceções, entretanto, foi a Agricultura, que eliminou 13.727 postos de trabalho, devido a fatores sazonais relacionados à entressafra no Centro-Sul do país.

No Distrito Federal particularmente, houve a contratação de

17.735 pessoas durante o mês, e a demissão de outras 16.451 – o que resultou num saldo positivo de 1.284 trabalhadores formais. As capitais que apresentaram melhores índices de emprego em agosto foram Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Pará.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

No tocante ao nível de ocupação por setor de atividade, a administração pública contratou, nos primeiros quatro meses de 2006, 351 mil pessoas – a maioria proveniente de ingresso e aprovação em concursos. O número de pessoas absorvidas pelo setor público ainda é maior que o mesmo período de 2005, quando foram contratadas 357 mil pessoas. Já se sabe que em agosto o crescimento de contratações na administração pública (sobretudo concursados) registrou um aumento de 13% do total geral.

Como se vê, os prognósticos para as duas décadas seguintes são positivos e os pesquisadores alertam para que o Brasil se adapte às mudanças do mercado de trabalho. Cabe, portanto, as sindicatos e demais entidades de defesa dos servidores, se prepararem para ficar atentos às mudanças e garantir, cada vez mais, o cumprimento dos benefícios e direitos constitucionais de todos os trabalhadores brasileiros.

creceu significativamente nos últimos anos e tende a se ampliar – passou de 42,2% do total de trabalhadores em 1992 para 48,2% em 2004.

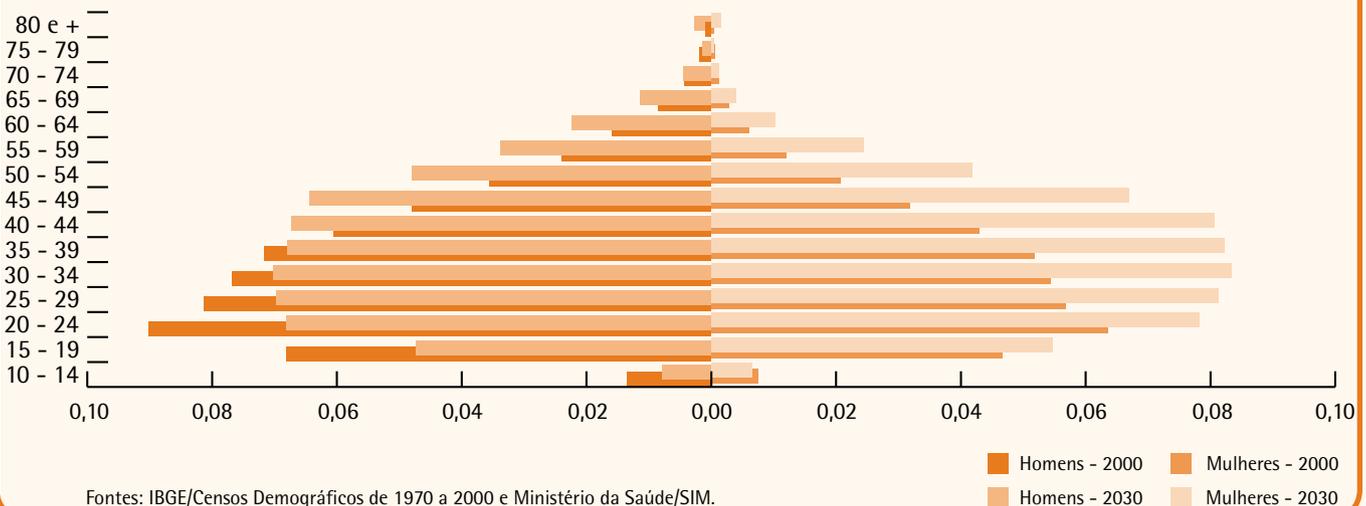
“A oferta de trabalho futura que está sendo delineada é bem diferente da atual. Exigirá ajustes que contemplem uma população economicamente ativa mais madura, mais sujeita portanto a riscos físicos e com menos agilidade e força física, além de proporcionalmente menos instruída que os segmentos mais jovens - dada a expressiva melhoria educacional brasileira em anos recentes. Trata-se de um desafio que exigirá reflexão por parte

pos com idade média e aumento da quantidade de mulheres.

Sim, mulheres. Outra constatação – essa já prevista – da pesquisa, é que a participação do sexo feminino no mercado de trabalho

**GRÁFICO**

**Brasil: Distribuição Proporcional da PEA por Idade e Sexo – 2000 e 2030**



# O que dá mais satisfação no seu trabalho?

O trabalho ideal é, cada vez mais, aquele que dá satisfação às pessoas, que faz cada um de nós sentir paixão pelas atividades que está desenvolvendo. Nem sempre esse tipo de sentimento e expectativa é possível - muitas vezes, pelas poucas condições a que as equipes têm acesso, em determinados locais. Mas, nos tempos atuais, cada vez mais os especialistas em Recursos Humanos detectam um novo tipo de profissional, engajado com as funções que desempenha e satisfeito com suas tarefas cotidianas.

Para isso, estas pessoas buscam a realização de cursos, a possibilidade de se aperfeiçoarem,

de participarem de mais atividades integradas entre os colegas e, principalmente, a perspectiva de se sentirem cada vez mais desafiadas enquanto profissionais. Outro ponto importante: boa parte destas pessoas se dedica, sobretudo, a trabalhar na área em que gosta.

“Vivemos uma época em que as pessoas, quando insatisfeitas com sua situação, buscam uma forma de mudança e correm atrás de organizar seus esforços para promover tais mudanças. Quem se acomodar e ficar na velha apatia, perde espaço”, afirma o educador e especialista em relações sociais Eugênio Mussak, autor de livro sobre o tema.

E, pelo visto, esse sentimento também pode ser observado entre os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal. Luciano Amaral, analista do TJDFT, é um caso típico disso. Luciano enfatiza que para ele, o horário é o que deixa mais feliz no trabalho. “Pego às 12h e largo às 19h e esse expediente permite que eu fique com as manhãs livres para outras coisas que levem ao meu aprimoramento profissional. Já fiz três cursos desde que entrei no TJ, mas acho que o tribunal poderia investir mais no estímulo à melhoria dos servidores. Sei que já existe algo sendo feito, mas poderiam ser oferecidos mais cursos,

por exemplo. Com certeza muita gente gostaria de participar”, enfatiza.

Outros, ressaltam o ambiente de trabalho como um dos fatores mais importantes para a satisfação pessoal dentro do exercício da profissão, com é o caso de Amaro Batista da Costa Santos, técnico do STM. “No meu setor as pessoas são integradas, parece que formamos uma família. Isso ajuda bastante no desenvolvimento do serviço. Faz com que fiquemos num ambiente mais leve e tudo flui melhor”, conta.

Veja a seguir, o resultado da enquete com os demais servidores:



## Sandra Sueli de Jesus Bastos da Silva, técnica judiciária do TRT- 10ª Região

Atualmente gosto do clima entre as equipes, que no meu local é muito bom. As pessoas são solidárias umas com as outras, todo mundo se ajuda e desenvolve o trabalho em conjunto, numa boa. Somos oito pessoas, mas muito unidos e isso nos estimula. De um modo geral, no tribunal, falta comunicação entre as unidades na resolução dos problemas.



## Teresa Cristina Guedes Freire, técnica judiciária do TST

Me deixa feliz o desafio que meu trabalho exige e a necessidade que sinto de aprender cada vez mais para fazer cada vez melhor, além de me sentir apoiada. O que me dá mais satisfação é a possibilidade de estar aprendendo, crescendo. Onde estou lotada sempre são oferecidos cursos, somos estimulados a ler. Eu me sinto desafiada no sentido de me capacitar para desempenhar melhor o serviço. Recentemente participei de uma jornada sobre qualidade de vida que fiz fora do trabalho e que foi muito bom. Quanto à satisfação mesmo, o trabalho me inspira a crescer enquanto pessoa e não apenas profissionalmente.



## Eduardo Jorge, técnico judiciário do TST

O que me dá mais satisfação no trabalho é o material humano, tanto hierarquicamente, quanto em relação aos colegas do mesmo nível que o meu. Claro que há exceções, mas aqui o pessoal nos ajuda dentro e fora do horário de expediente e isso é legal. Existe uma interação boa. Somos como uma grande família: saímos após o expediente, frequentamos uns a casa dos outros, falamos dos problemas e comentamos sobre coisas boas e ruins. Trabalhar com uma equipe assim certamente é muito estimulante.


**Orlando Júnior, técnico do MPDFT**

Para mim, o que me deixa feliz é o ambiente de trabalho, que possui muita harmonia e pouca pressão. Mas os encontros de servidores, que deveriam ser promovidos pela administração e visam tanto a reciclagem quanto o conhecimento dos colegas entre si, são interessantes e fazem falta, principalmente para promover a integração entre a equipe. A gente acaba se conhecendo é aqui mesmo.


**Paulo Roberto Eleutério Mousinho, técnico judiciário do TRF**

O que me deixa satisfeito é minha amizade dentro do trabalho. Estou no TRF há 16 anos e desde esse período trabalho no mesmo local. O relacionamento com o pessoal é ótimo, o que me leva a trabalhar com satisfação, faz com que me sinta à vontade no dia a dia e também no desenvolvimento das atividades cotidianas. Como profissional, tudo o que faço é com prazer, as tarefas me dão satisfação. Por isso, acho que estou na profissão certa.


**Sílvia Regina Pires, analista judiciária do STF**

Gosto do meu trabalho e isso é primordial, para que eu me sinta bem. Também tenho uma boa equipe, o que é fundamental, faz com que o trabalho flua melhor. Estou aqui há 14 anos. No meu caso, o que me ajuda a desenvolver a carreira é a diversidade de processos que chegam, podemos ver a opinião de cada ministro sobre os vários temas e o que é mais atual, saber se há uma unanimidade de opiniões. Estamos crescendo sempre no STF, pois se trata de um trabalho muito dinâmico, que nos deixa atentas com o que está acontecendo na sociedade de um modo geral.


**Murilo Maia, técnico judiciário do TSE**

A possibilidade de fazermos cursos de aprimoramento e qualificação profissional é um dos pontos mais interessantes do meu trabalho. Isso é de extrema importância e nos gratifica muito. No meu caso, o tribunal oferece uma bolsa para fazer a faculdade de Direito. Fui agraciado com esta oportunidade que me proporciona crescimento profissional e melhoria da qualidade de vida como um todo. Para mim, é o fator que mais me estimula.


**Júlio Silva, técnico judiciário do TJDF**

O que mais me dá satisfação no trabalho é poder contribuir com a disseminação do conhecimento e ver o outro colega crescer profissionalmente. Sou lotado na biblioteca do TJDF e atendo a muitos colegas nos pedidos de livros que ajudam a elaboração das atividades deles ou mesmo nos seus estudos. É muito bom quando vejo que esse acervo contribuiu de alguma forma, para o bom desempenho dos outros servidores.


**Lúcia Maria Gonzaga Vieira, técnica judiciária do TJDF**

O ambiente de trabalho aqui é muito bom, fazemos nossas tarefas sem pressão, de forma tranqüila. Além disso, me sinto estimulada constantemente a progredir o quanto quiser e procurar novos conhecimentos.


**Tâmara Barbosa, analista judiciária do TST**

Estar sempre produzindo já é, por si só, gratificante. Mas também me deixa feliz o fato do meu emprego oferecer cursos, tanto internos quanto externos, que nos conduzem ao aprimoramento profissional e a um maior crescimento pessoal. Também gosto do local de trabalho. Tenho ótimos colegas, pessoas ativas e entrosadas umas com as outras, o que me deixa mais estimulada.


**João Alfredo Baetas Gonçalves, analista judiciário do STJ**

O que me estimula mais no trabalho é o aprendizado, a possibilidade de deparar sempre com situações novas que aparecem no dia a dia do tribunal, o que me ajuda a ter maior conhecimento na profissão a partir da prática e da experiência adquiridas. Também gosto da estrutura que me é oferecida pelo tribunal, que considero estimulante.

# O consumidor bota banca

Sociedade vence mais uma batalha contra as instituições financeiras

**Cristina Lima**

O consumidor ganhou mais uma vitória na relação com os bancos, seguradoras e instituições financeiras. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) entenderam que o Código de Defesa do Consumidor deve ser aplicado na relação com os clientes. Os bancos tentavam desde 2001, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin), deixar de ser regulados pelo código do consumidor. Na prática, nada muda porque os clientes já usavam o instrumento. Os bancos é que perderam mais um *round* na luta contra o consumidor. Haveria alteração nas relações dos bancos com os clientes se a ação fosse considerada procedente pela Justiça, o que não ocorreu.

Se a ação fosse aprovada, os bancos ficariam livres de algumas obrigações, como a de concessão de descontos na liquidação antecipada de financiamentos e a devolução de cobranças indevidas, como determina o Código de Defesa do Consumidor. O cliente continuará tendo o direito de reclamar contra os serviços bancários no Procon ou de entrar na Justiça quando se sentir lesado seja por informações incorretas passadas pela instituição financeira, propaganda enganosa e cobrança indevida de tarifas. A decisão do STF, entretanto, deve ajudar a dar ganho de causa aos consumidores com ações na Justiça contra os bancos.

A decisão do STF significa que quem fechar contrato com um banco ou uma financeira poderá pleitear também a anulação de cláusulas

que impliquem em obrigações excessivamente onerosas, solicitar ao juiz a inversão do ônus da prova, em processo civil, exigir a limitação a 2% da multa decorrente do atraso de pagamento, nos contratos de financiamento ou de concessão de crédito e ser protegido contra métodos coercitivos e ameaçadores nas cobranças de dívidas.

## CÓDIGO DO CONSUMIDOR

O Código de Defesa do Consumidor está em vigor há 15 anos e é considerado um dos mais avançados do mundo. O instrumento protege os consumidores ao regulamentar, entre outras coisas, cláusulas abusivas nas relações entre consumidores finais e empresas, e estabelece punições em caso de descumprimento das regras.

Com a decisão, o STF considerou constitucional o parágrafo 2º do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor. Ou seja, as atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e securitárias devem ser incluídas no conceito de serviço abrangido pelas relações de consumo.

Os ministros do STF julgaram, por nove votos a dois, improcedente a ação proposta pela Confederação Nacional de Sistema Financeiro (Consif). O órgão argumentava que, de acordo com o artigo 192 da Constituição, uma lei complementar deveria regulamentar o sistema financeiro, e não o código.

Além de nove ministros que defenderam a aplicação do CDC, os ministros Carlos Velloso e Nelson Jobim votaram pela procedência, mas com



entendimentos diferentes. Enquanto o primeiro retirava, exclusivamente, a fixação de juros da incidência do Código, o segundo deixava a aplicação do CDC para questões absolutamente supérfluas, como o controle de acesso das pessoas às agências bancárias.

A definição da questão se arrastou desde fevereiro de 2002. "Apesar do tempo demorado, saímos felizes do julgamento. Com a decisão, o consumidor obteve grandes vitórias: a aplicação do CDC para os bancos, agora incontestável; a concretização da importância do Código como um



todo”, comemorou Marcos Diegues, gerente jurídico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Marcos Diegues explica que a Consif tentou, por meio de liminar, suspender a aplicação do

C D C para os bancos, mas o pedido foi negado. “A Lei não foi suspensa em qualquer momento. Ela é clara e objetiva. Os ministros entenderam que a relação entre as instituições bancárias e financeiras é igual a qualquer setor da economia”,

disse. Não cabe mais recurso.

A ação foi proposta em dezembro de 2001. Em abril de 2002, o ministro Néri da Silveira considerou improcedente o pedido da Consif e o relator da ação, ministro Carlos Velloso, a acolheu em parte. Na ocasião, o presidente do Supremo, ministro Nelson Jobim pediu vistas do processo, permanecendo com ele durante três anos e sete meses.

Quatro anos depois, em março deste ano, o STF reiniciou o julgamento. Jobim apresentou seu voto, desfavorável ao consumidor, na avaliação do Idec. O ministro Eros Grau pediu novas vistas, devolvendo-o em abril. Em maio foi a vez de cinco ministros votarem pela improcedência da ação (Néri da Silveira, Eros Grau, Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto e Sepúlveda Pertence). Apenas dois votos haviam sido parcialmente favoráveis aos bancos (dos ex-ministros Carlos Velloso e Nelson Jobim).

Também votaram contra a Adin os ministros Cezar Peluso, Marco Aurélio de Mello, Celso de Mello e Ellen Gracie. Na audiência, o ministro Cezar Peluso pediu vistas do processo. No dia 7 de junho, o caso foi levado a julgamento.

#### VALOR CONSTITUCIONAL

Ao anunciar seu voto, o ministro Celso de Mello ressaltou que proteção ao consumidor qualifica-se como valor constitucional. Para o ministro, “as atividades econômicas estão sujeitas à ação de fiscalização e normativa do poder público, pois o Estado é agente regulador da atividade negocial e tem o dever de evitar práticas abusivas por parte das

instituições bancárias”. Os demais ministros entenderam que a aplicação do Código não colocaria em risco o sistema financeiro nacional.

Os clientes continuarão podendo reclamar dos bancos quando houver cobrança indevida, como aconteceu com um cliente que teve o nome inscrito indevidamente no Serasa, mesmo ele estando em dia com as parcelas de um financiamento. O autor entrou com ação por danos morais na Justiça local. Ele celebrou contrato de financiamento com um banco, no valor de R\$ 17.715,72, para pagamento em 36 parcelas mensais. Consta ainda dos autos que ele quitou todas as parcelas, mas por um equívoco trocou o pagamento da parcela de nº 4 pela de nº 5. Logo em seguida, efetuou o pagamento da parcela de nº 4 sem juros ou quaisquer outros encargos, por autorização do banco, tendo em vista que era a única prestação em aberto.

Mesmo em dia com o contrato, o cliente recebeu diversas correspondências e telefonemas, cobrando a quinta parcela (embora informando que havia feito o pagamento, inclusive com o envio do comprovante via fax). Recebeu ainda carta do Serasa comunicando-lhe a negativação do seu nome. Naquele momento, contactou sem sucesso o Banco, que posteriormente retirou seu nome dos cadastros de inadimplentes.

Na avaliação da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) ainda é preciso aguardar a conclusão do julgamento, “que se dará com a publicação do respectivo acórdão”. A assessoria de imprensa da instituição informou que a diretoria só irá se pronunciar após analisar o teor do acórdão.

### O que diz o código de defesa do consumidor:

Art. 3º - **Fornecedor:** é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços

§ 1º - **Produto:** é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial

§ 2º - **Serviço:** é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

# Quantidade x Qualidade

Aumenta o número de cursos jurídicos no país, mas especialistas questionam preparação dos alunos

No momento em que o Ministério da Educação divulga a segunda etapa do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) mostrando a avaliação de vários cursos superiores do país, especialistas em Direito questionam um tema que já é antigo, mas que preocupa a categoria a cada vez que é anunciado aumento da quantidade de cursos ofertados pelas universidades: a qualidade deste ensino de nível superior. Segundo levantamento recente da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do último dia 4 até 18 de agosto, o total de cursos de Direito saltou de 1.004 para 1.019 em todo o país, conseqüência das autorizações feitas recentemente pelo governo.

Em atividade, atualmente, são 959 o total de cursos jurídicos, espalhados pelo Brasil. Somente nos últimos 12 meses, segundo a OAB, foram autorizadas criações de mais de 70 cursos. Desse total, praticamente a metade está localizada na Região Sudeste – que possui hoje, 459 cursos jurídicos em atividade. No Nordeste são 199 os cursos jurídicos em funcionamento e no Sul, 159. Já no Centro-Oeste, funcionam 89 cursos de Direito e no Norte do país, 53.

Para a OAB, a expansão é exagerada, uma vez que em muitos locais não existem condições de funcionamento ou de se atender às qualidades mínimas exigidas. Também inexistem, conforme a avaliação da ordem, mestres suficientes para sustentar grande parte desses



Sala de aula da Faculdade de Direito da UnB

cursos. Um dos dados observados é que começa a haver equiparação entre a quantidade de vagas oferecidas e a de candidatos, o que torna os vestibulares menos concorridos, exige menos dos alunos no acesso às instituições de ensino superior e faz com que os universitários de Direito sejam mal preparados.

## MELHORES CURSOS

Em 2004, após o último resultado do Enade – que substituiu o antigo Provão – sobre os cursos de Direito no país, a OAB divulgou a listagem dos melhores cursos jurídicos, assim considerados pela entidade conforme o cruzamento dos dados entre o resultado do MEC e

os exames de ordem. - São cerca de 60 considerados de boa qualidade, para mais de mil cursos em atividade nos estados brasileiros

Em relação ao Centro-Oeste fazem parte destes cursos selecionados, os da Universidade de Brasília (UnB) e do Centro Universitário de Brasília – no Distrito Federal, os da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal de Mato Grosso – respectivamente nestes dois estados. No Nordeste, estão incluídos os das universidades federais de Pernambuco, do Piauí e de Sergipe. Enquanto na região Norte, só fazem parte da lista os cursos das universidades federais do Acre e do Pará.

Estados como Paraná, Rio de

Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, entretanto, são os grandes destaques da lista, porque apresentam maior quantidade de faculdades com cursos de Direito considerados de boa qualidade. Lidera a lista São Paulo – com 12 cursos, seguido de Minas Gerais – 10 cursos, Paraná e Rio de Janeiro – 6 cursos cada - e Rio Grande do Sul – 4 cursos. Já os estados do Amapá, Mato Grosso do Sul, Roraima e Tocantins não possuem nenhum curso de Direito recomendado pela OAB.

## Ciclo se completa com próximos resultados

O Enade pretende avaliar, numa outra etapa, os novos cursos de

Direito recém criados. Este ano, foi examinada a qualidade de outras graduações, pertencentes às áreas de arquitetura e urbanismo, biologia, ciências sociais, computação, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática, pedagogia, química e engenharias (distribuídas em oito grupos),

Em novembro, serão aplicadas as provas referentes ao levantamento de 2006, que vão fechar o ciclo de avaliação de todas as áreas de conhecimento existentes em cursos de nível superior do país, o que permitirá traçar um retrato detalhado da educação superior brasileira.

### AUTORIZAÇÕES CORRESPONDEM À DEMANDA

Por parte do MEC, a explicação para o crescimento de cursos – seja qual for a graduação - corresponde à demanda das universidades. A assessoria do ministério explicou que, da mesma forma que são feitas várias autorizações, também são rejeitadas muitas propostas. Um exemplo recente é o das avaliações para criações de cursos de pós graduação. Em julho passado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) recomendou 147 novos cursos de pós-graduação em instituições diversas. Foram aprovados 83 mestrados, 44 doutorados e 20

mestrados profissionais, num total de 408 propostas. Destas, 225 foram negadas. Outros 36 cursos serão analisados.

Para a educadora Celina Dias, da pró reitoria de graduação da Universidade Federal do Amazonas, as mudanças oferecidas pelas universidades e centros de ensino superior - com a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação - são importantes e devem continuar sendo autorizadas pelo governo, mas é importante também o estabelecimento de novos critérios. Sobretudo, um reconhecimento prévio de que o curso possui uma inserção social na área (município ou região) em que será implantado “e a constatação de que atenderá a uma demanda específica, com os futuros profissionais podendo vir a exercer determinadas funções sociais”, destacou.

### DADOS GLOBAIS DO ÚLTIMO ENADE

O último Enade avaliou, no final do ano passado, 277.476 estudantes de 5.511 cursos de graduação pertencentes a 20 áreas de conhecimento em todos os estados brasileiros. Dentre os principais resultados, ficou constatado que o Nordeste praticamente empata com a região Sul no percentual de cursos com bons conceitos e se mantém acima do Sudeste, no

tocante à qualidade do conteúdo programático oferecido.

Segundo o MEC, que mais chamou a atenção do levantamento das universidades este ano foi a existência de mais cursos de melhor qualidade no Nordeste do que no Sudeste do país. Na opinião da professora Regina Vinhaes, coordenadora de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB), um dos motivos pode ser o fato de ter sido no Sudeste onde surgiu maior quantidade de cursos novos nos últimos anos, que ainda não possuem qualidade apurada. Essa, no entanto, não é a opinião da maioria dos educadores.

O presidente da associação das universidades federais, Paulo Speller, credita o resultado obtido à maior expansão do ensino universitário público nos estados nordestinos, nos últimos anos, destacando que são as universidades públicas que tradicionalmente apresentam os melhores desempenhos.

“Não dá para pensar que o resultado é consequência de um ato isolado. Corresponde a anos de trabalho no sentido de aprimorar o ensino universitário na região. Também faz parte de um esforço concentrado dos governos nas universidades estaduais”, enfatizou o educador Geraldo Vergueiro, consultor de universidades privadas em Brasília e São Paulo.

Para se ter um a idéia do quadro que espantou o mapa do ensino universitário do país, a situação encontrada no Nordeste em relação aos cursos tidos como de melhor qualidade só se compara, atualmente, à da região Sul, onde o percentual foi de 29,9%. Abaixo do Nordeste ficaram o Sudeste (onde 27,6% dos cursos superiores possuem tais conceitos), o Centro-Oeste (17,8%) e a Região Norte (cujo percentual é o menor de todos: 17,5%).

### SITUAÇÃO NACIONAL É BOA

De um modo geral, em todo o país, mais da metade dos cursos obteve conceitos de nível médio. Na escala de 1 a 5, 53% obtiveram conceito 3; 20%, conceitos 1 e 2 e 27%, conceitos 4 e 5. No tocante às regiões, em relação aos conceitos mais baixos (1 e 2), a Região Norte ficou com o maior percentual: 31,4%.

No âmbito global, também foram os cursos das instituições públicas de ensino superior os que conquistaram maior proporção de conceitos altos em relação aos das universidades do setor privado. Já dentre as Federais, 56,3% obtiveram os conceitos mais altos, enquanto nas estaduais, 40,6%. As entidades municipais foram as que apresentaram maior proporção de conceitos baixos (37,5%) seguidas das estaduais (23,3%).

### Alguns dos melhores cursos do país nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte:

Distrito Federal	Universidade de Brasília - UnB
Distrito Federal	Centro Universitário de Brasília - CEUB
Goiás	Universidade Federal de Goiás
Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso
Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco
Piauí	Universidade Federal do Piauí
Pará	Universidade Federal do Pará
Sergipe	Universidade Federal de Sergipe
Alagoas	Universidade Federal de Alagoas

Fonte: Inep/MEC

### Estados com mais cursos de melhor qualidade:

São Paulo	12 cursos
Minas Gerais	10 cursos
Paraná	6 cursos
Rio de Janeiro	6 cursos
Rio Grande do Sul	4 cursos

Fonte: Inep/MEC

# A Constituição no cotidiano

Observatório da Justiça quer as leis na prática



Membros do Observatório discutem próxima edição do caderno

O Sindjus é um dos parceiros do Observatório de Justiça, grupo formado por alunos de pós-graduação, mestrado e doutorado, além de professores, que todos os meses se reúne na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB) para discutir seus estudos e considerações críticas sobre a atual cena democrática constitucional do país.

O observatório foi criado

**Um observatório representa tentativa de atuação e análise crítica de uma sociedade complexa, rápida e pulsante como a brasileira.**

que modo se realiza a Constituição brasileira, tanto nas diretrizes da legislação e na atuação do Executivo e do Judiciário, como também nos processos democráticos definidos conforme o modelo que a Carta Magna estabelece: o da representação e da cidadania.

O trabalho é inédito no Brasil e os resultados, são transformados na publicação mensal Constituição & Democracia - caderno que passa a ganhar, cada vez mais, espaço nas principais universidades do Distrito Federal e que tem contribuído para estimular o debate sobre temas constitucionais diversos. Segundo um dos organizadores do Observatório, o professor José Geraldo de Souza, o foco das discussões é sempre a cena democrática e constitucional – nada mais atual em anos como este, de realização de eleições presidenciais.

## BENÉFICA INTERFERÊNCIA

Mas, mais do que isso, o grupo procura mesmo é “interferir”. No bom sentido da palavra. E, assim, garantir cada vez mais, a aplicação dos direitos sociais no Brasil.

“Um observatório representa tentativa de atuação e análise crítica de uma sociedade complexa, rápida e pulsante como a brasileira. Procuramos ver como a Constituição se realiza saindo do papel. Nossa visão crítica tem o objetivo de evitar que pressões oligarquicas elitistas fechem a capacidade de ocupação democrática destes espaços”, explicou.

Os resultados não poderiam ser melhor recebidos. Cada vez mais alunos e as próprias universidades têm procurado assinaturas do caderno. “Os artigos são debatidos em sala de aula e servem como importante fonte de consulta para a elaboração dos nossos trabalhos e formação da nossa visão do mundo, colaborando para que sejamos, no futuro, profissionais mais conscientes com nossos deveres e responsabilidades sociais”, comentou a estudante de Sociologia da UnB, Rafaele França.

## PARCERIAS IMPORTANTES

A parceria do Sindjus com o Observatório de Justiça destaca a proposta cada vez maior dos

sindicatos e entidades de defesa dos servidores no amplo espaço que se preocupam em ocupar na ação pela cidadania e democracia. Um papel que leva o Sindjus, cada vez mais, a não querer ficar apenas nos limites das idéias corporativas, mas valorizar a defesa das questões mais gerais da sociedade, conforme deixou claro o coordenador-geral do sindicato, Roberto Policarpo.

Segundo Souza, o Observatório foi criado com a proposta de que o pensamento acadêmico não ficasse abstrato ou diletante, mas que fosse mais orgânico e participativo, avaliando aspectos diversos da dinâmica social, política e jurídica nos planos nacional e internacional.

“É isso que queremos, além de sermos capazes de orientar ações políticas transformadoras”, enfatizou, ao acentuar que, a partir desse novo olhar sobre a Constituição, pode surgir um panorama muito mais diversificado e intrincado que revelará movimentos de reivindicação de direitos, estratégias de contenção e possibilidades de atuação dos sujeitos sociais no mundo contemporâneo.

Constituição & Democracia é coordenado por Alexandre Costa, Cristiano Paixão, José Geraldo de Souza, Menelick Netto e Miroslav Milovic. Com tiragem de cinco mil exemplares, está à venda nas principais bancas de revista de Brasília. Mas os filiados do Sindjus podem ler gratuitamente a publicação por meio da página do sindicato na internet.

# Canto em solo mineiro

Fachadas seculares de Minas dão espaço ao talento do coral *Habeas Cantus*



A maestrina do coral, Isabela Sekef

O Coral *Habeas Cantus*, formado por servidores do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU), que conta com o patrocínio do Sindjus, tem atuação destacada há mais de dez anos, em apresentações por todo o país e inclusive fora do Brasil. O coral participou, em setembro, do 4º Festival de Corais de Belo Horizonte (MG), que teve como tema a divulgação de músicas ligadas à cultura popular e folclórica brasileira. As apresentações aconteceram nas fachadas tombadas pelo patrimônio histórico dos principais pontos turísticos da capital mineira e, também, nas cidades de Ouro Preto, Mariana, Nova Lima e Sabará.

A participação constata, mais uma vez, o destaque e o empenho do grupo, mas não se traduz necessariamente em uma novidade, já que o *Habeas Cantus* tem em sua estrada, passagens de sucesso em cidades como São Luiz (MA), Santos (SP), Vitória (ES) e São Lourenço (MG), entre várias outras. Como se não bastasse, o coral também já mostrou seu talento em apresentações realizadas em outros países como México, Chile e Argentina.

"Nos sentimos orgulhosos de

participar de uma equipe tão diversificada e unida, que se esforça cada vez mais para aprimorar o canto", contou uma das integrantes, Ângela Paes, que também faz parte da direção. Segundo ela, o trabalho é tão estimulante que chegou, até mesmo, a incentivar a formação de outros corais em alguns dos estados visitados. Foi o caso, por exemplo, do Maranhão, onde os servidores da Justiça Federal, após assistirem a apresentação do *Habeas Cantus*, resolveram montar o seu próprio grupo. "Um dos nossos objetivos principais é esse mesmo: queremos incentivar ao máximo o canto coral entre os servidores da categoria e nos diversos estados brasileiros", afirmou.

Prova disso é que o *Habeas Cantus* possui presença agendada até o final do ano em vários eventos culturais do Distrito Federal. Para se ter idéia, poucos dias antes de ir a Belo Horizonte, participou do festival promovido pela Federação de Corais de Brasília. A equipe também quer aproveitar a estadia em Minas Gerais, por ocasião do festival, e fazer uma apresentação especial na sede da Justiça Federal do estado, para homenagear os colegas do Judiciário e do MPU. E tem como meta realizar, no próximo ano, no Distrito Federal, um encontro reunindo todos os corais formados

por servidores da categoria.

## TODOS OS TRIBUNAIS

Composto por cerca de 30 integrantes, o *Habeas Cantus* se destaca por possuir nos seus quadros, servidores de praticamente todos os tribunais. Além disso, conta com a participação de pessoas da comunidade - em geral, parentes, que também procuram o grupo interessados em fazer parte da equipe. "Nosso forte é o servidor, mas somos receptivos aos familiares destes que se interessem pelo canto coral", ressaltou Ângela.

Diante de tamanha integração, o resultado não poderia ser melhor. "Me impressiona a garra que eles têm de continuar, apesar de qualquer coisa. Trabalho com corais há muito tempo e normalmente, qualquer imprevisto tende a desestimular o grupo, que começa a se esfacar. No caso deles não. Costumam superar as adversidades e levar adiante o trabalho, de uma forma muito coesa e integrada", afirmou a maestrina do grupo, Isabela Sekef - que há 15 anos atua

Coordenadora da

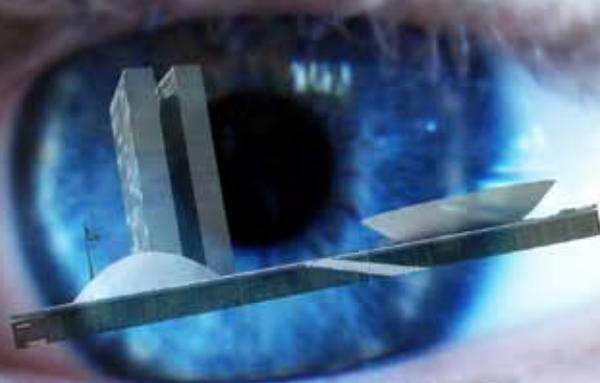
Escola de Música de Brasília, Sekef fundou vários corais na capital federal e, atualmente, rege quatro destes grupos - dentre eles, o *Habeas Cantus*. Segundo ela, muitas vezes encontra até corais com grupos mais experientes, em que os profissionais ficam acomodados pelo fato de já possuírem uma técnica. "No caso do *Habeas Cantus*, ao contrário, o que se vê a cada ensaio é o estímulo dos participante em se aprimorar cada vez mais", completou. "Somos uma grande família", enfatizou Ângela Paes.

Os ensaios costumam acontecer todas as terças e quintas-feiras, das 19h30 às 21h, no prédio do TRF 1a região (Edifício Anexo). O presidente do coral é Adelson Vieira Torres. E, apesar do período tradicional de inscrições para novos integrantes ser o mês de agosto, os interessados em participar do *Habeas Cantus* podem entrar em contato com a equipe ou, mesmo, com o Sindjus em qualquer época do ano, pois eles deixaram claro: estão abertos a todos os que gostem de canto coral e queiram dividir essa paixão.



O grupo se reúne toda semana para os ensaios

# De olho no Congresso



## FALTA POUCO PARA O PCS

**Nós, trabalhadores do Judiciário e do MPU, que acompanhamos cada passo da atividade parlamentar esse ano, aguardamos agora a reta final da nossa luta por um PCS digno.**

**Vamos continuar juntos. Afinal, caminhamos muito e sabemos que falta pouco para a vitória.**

**Quando a gente quer, a gente faz acontecer.**



**SINDJUS-DF**

**PELA IMEDIATA SANÇÃO DOS PCS!**